

## GRAMÁTICA GENERATIVA — UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO EM LINGÜÍSTICA (\*)

MARIA FRANCISCA XAVIER

São diversas as perspectivas e abordagens que se desenvolvera actualraente na área da Lingüística. A irapossibilidade de conhecer o trabalho de todos leva a que, de quando era quando, surja entre nós a pergunta sobre se o trabalho deste ou daquele é de facto em Lingüística, não havendo, no entanto, ninguém que de uma maneira séria questione nesse sentido a investigação em Gramática Generativa (GG).

Corao disse o lingüista britânico John Lyons (1970), a GG tera despertado raaior interesse do que qualquer outra proposta teórica, não sendo possível a ura lingüista perraitir-se ignorá-la. Encontram-se até freqüentemente posições extremas: adesão completa ou rejeição total. São por vezes tão fortes os ataques e tão grande a incompreensão que os generativistas se interrogara, como o faz Jackendoff (1988): «Why are they saying these things about us?». Após passar em revista observações descrentes e ignorantes do trabalho neste domínio de filósofos, psicólogos, neurologistas, investigadores

---

(\*) Este artigo beneficiou de comentários feitos por M. de Graça Vicente e M. Henriqueta Campos, a quem agradeço. Eventuais erros são da minha responsabilidade.



em inteligência artificial e outros que consideram que a Lingüística poderá ter alguma contribuição a dar nas suas áreas de interesse, Jackendoff conclui com uma conclusão: vamos mostrar aos outros o que estamos a fazer.

Um dos maiores problemas que se tem levantado relativamente à investigação era GG é sentido tanto pelos que trabalham nela como pelos que a olham de fora: o rápido e constante fluir de várias hipóteses para explicar apenas alguns fenómenos da linguagem humana e das línguas naturais. De facto, dos primeiros livros de Chomsky: (1955) *The Logical Structure of Linguistic Theory*; (1957) *Syntactic Structures* e (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*, que foram então considerados revolucionários, até aos últimos: (1985) *Knowledge of Language* e (1986) *Barriers*, vai um longo percurso de reflexão, resultante do trabalho de muitos. Se a hipótese teórica inicial foi da iniciativa de um e tendo por base apenas uma língua — o inglês, tal deixa de acontecer a partir de meados dos anos setenta, quando outros linguistas começaram a apresentar resultados da investigação sobre variadas línguas (românicas, germânicas, ameríndias, o japonês, etc), fornecendo explicações para fenómenos até então mal compreendidos. Mas se é verdade que o modelo de princípios e de parâmetros conhecido pelo nome de Teoria da Regência e da Ligação discutido e adoptado desde as *Conferências de Pisa* em 1979, terá pouco a ver com os modelos de GG dos anos sessenta e setenta, também o é a existência de uma filosofia fundamental subjacente a esta teoria desde o seu início, que vem sendo desenvolvida ao longo dos anos. Procura-se construir uma teoria geral de Gramática Universal (GU), um sistema formal abstracto, que explique, por um lado, a nossa faculdade de linguagem, biologicamente activada, e, por outro, a diversidade das línguas, dialectos, idiolectos, bem como a evolução lingüística.

Este duplo objecto da Lingüística leva a que se procure restringir ao máximo o número de gramáticas possíveis. Estas corresponderão, não apenas às hipóteses apresentadas à



criança no rápido processo de aquisição da linguagem, raas tarabéra às «línguas naturais possíveis» — «uraa pessoa que adquiriu uma língua desenvolveu uma representação interna de uraa gramática, ...» (cf. Chorasky [1979] (1984:22)), graraática essa era que se distinguera fenóraenos centrais e fenóraenos periféricos, ou raarcados. Os fenóraenos periféricos são extensões da graraática central, que variara de língua para língua, o que explica a variação lingüística do raundo.

A necessidade de escolher, entre várias gramáticas descritivamente adequadas, a hipótese de graraática raais «sira-  
ples» acessível à criança, irapõe desde o início da teoria uraa «raedida de avaliação» das propostas que vão sendo forrauladas.

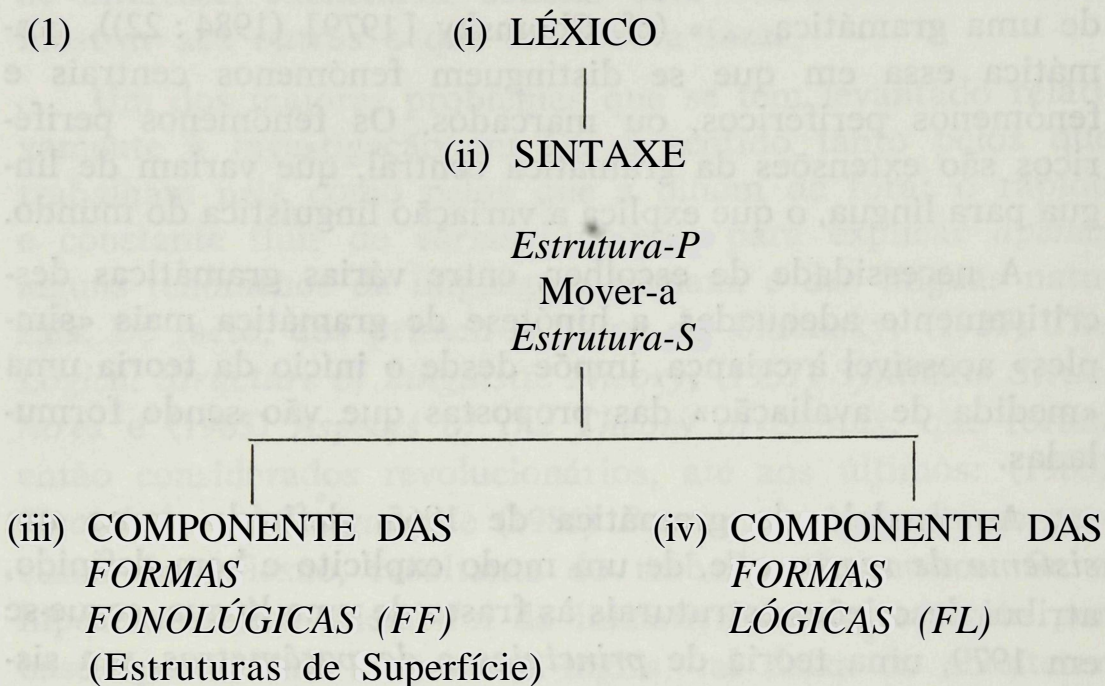
Ao raodelo de graraática de 1965, definido corao ura *sistema de regras* que, de ura raodo explícito e bera definido, atribui descrições estruturais às frases de uma língua, segue-se em 1979, uma teoria de *princípios e de parâmetros*, um sisteraa de regras e de princípios que continua a atribuir descrições estruturais às expressões lingüísticas, procurando desde a priraeira forraulação de hipótese de GG explicitar o nosso «conheciraento da linguagera». Continua-se assira a considerar que «uraa graraática é uraa teoria de uraa língua particular e a GU é a teoria geral das línguas naturais» (cf. Chorasky 1987). E se as idéias pilares da GG permanecera constantes ao longo de três décadas, tarabéra uma certa concepção da natureza de GU se mantéra — a GG é ura modelo completo (integra todos os níveis de representação lingüística) e uma gramática transforraacional, na versão raais corrente.

## O MODELO DE PRINCÍPIOS E DE PARÂMETROS

A GG é ura sistema modular, i. é um conjunto de sub-teorias — a Teoria X-barra, a Teoria Teraática, a Teoria do Caso, a Teoria da Ligação e a Teoria das Barreiras — cora os seus princípios e alguma variação paramétrica.



A gramática apresenta a seguinte constituição (cf. Chomsky 1981, 1982, 1985 e 1986):



## 1 — O LÉXICO

No *léxico* encontram-se descritas as idiosincrasias dos itens lexicais:

- (2) (i) a forma fonológica  
(ii) as propriedades semânticas  
(iii) as propriedades sintáticas

A entrada lexical para a palavra *destruir*, por exemplo, será a seguinte:

- (3) *destruir* (i) /destruir/  
(ii) x (Agente), y (Tema)  
(iii) -f V, [ - SN]

O verbo *destruir* (i) tem uma representação fonológica (sobre a qual nada será desenvolvido aqui), (ii) selecciona



semanticamente dois argumentos (x, y): um Agente e um Teraa (cf. Jackendoff 1972) e (iii) selecciona uma categoria S(integraa) N(orainal) como seu complemento.

Na terminologia de Jackendoff (ibid: 29) *destruir* é um predicado de Deslocação. Os predicados deste tipo são caracterizados por duas funções semânticas: (i) CAUSA e (ii) MUDANÇA. A CAUSA, considerada como um possível primitivo semântico, tem dois argumentos: um individual e um evento. O argumento individual de CAUSA é o Agente, que é normalmente definido por dois traços semânticos — [-{-Animado}] e [+Vontade]. É o motivador e talvez o controlador do evento expresso, por exemplo, na frase seguinte:

(4) a Maria destruiu um livro

A MUDANÇA, talvez terá um primitivo semântico, tem três argumentos: um individual, um estado inicial e um estado final. O argumento individual tem a interpretação de Tema e é o elemento afectado pela MUDANÇA de estado, ou pela Deslocação que pode ser física ou abstracta. O estado inicial da MUDANÇA é o argumento com a interpretação de Fonte, a origem da Deslocação, e o estado final terá a interpretação de Alvo, o objectivo da Deslocação. O Tema *um livro*, em (4), de não destruído (Fonte), passou a estar destruído (Alvo).

A *Maria* é o Agente, que corresponde à definição acima, mas não devemos esquecer os Agentes atmosféricos, que relativamente a este predicado podem ser pertinentes, como mostra a frase (5).

(5) a chuva destruiu o livro

É evidente que *a chuva*, embora terá argumento de CAUSA, não terá a mesma caracterização do Agente em (4), nem pode ser controlador da acção. A especificidade da pro-



posição resultante da relação estabelecida, neste caso, entre O predicado *destruir* e os seus dois argumentos, restringidos semanticamente, põe em evidência características deste predicado que o distinguem de outros estruturalmente semelhantes. O verbo *ler*, por exemplo, é um predicado com uma grelha temática semelhante à de *destruir*. Selecciona dois argumentos: um Agente e ura Teraa, raas as restrições de selecção semântica impostas sobre estes são diferentes. A caracterização do Agente de *ler*, que, corao se sabe, não pode ser ura Agente atraosférico, é raais restringida do que a do Agente de *destruir*, tendo de ter o traço [-fHumano]. Também o seu Tema faz parte de ura conjunto menor de objectos (os legíveis) do que o conjunto formado pelos objectos de *destruir* que, para além de muitos outros, inclui também os objectos passíveis de serem Tema de *ler*.

## 2 — A PROJECCÃO NA SINTAXE

Em (3iii) a estrutura subcategorizada pela categoria lexical + V mostra que estes items lexicais, conhecidos como verbos transitivos, seleccionara uraa categoria sintáctica SN que é, naturalmente, o equivalente sintáctico do argumento Tema. Estes verbos necessitam de um SN como coraplemento, atribuem-lhe ura papel temático e é efectivamente este conjunto formado pelo predicado verbal e o SN Tema, seu argumento interno, que funciona como ura predicado semântico complexo (cf. Williams (1980); (1987) e também Zubizaretta (1986)).

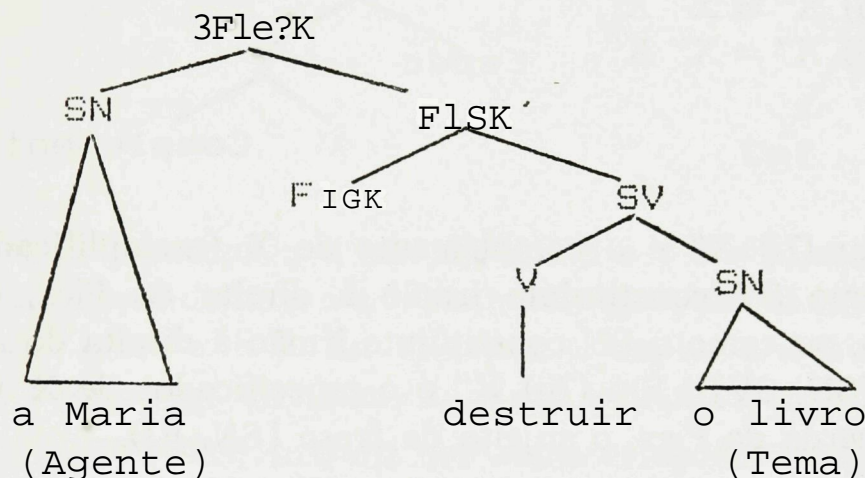
### 2.1 — As Teorias X-barra e Temática

O predicado complexo é realizado sintacticamente como um SV(erbal) que, composicionalmente, atribui o papel temá-



tico de Agente ao SN argumento externo, na estrutura sintáctica simplificada:

(6)



A representação diagramática acima ilustra a projecção na Sintaxe do verbo *destruir* com os seus dois argumentos. A estrutura (6) obedece aos princípios da teoria das categorias sintácticas — a *Teoria X-barra* de Chomsky (1970; 1981; 1986). Nesta teoria, para além das categorias mínimas (lexicais) e máximas (sintagmáticas) reconhecidas nos modelos anteriores, propõe-se a existência de categorias de nível intermédio.

As categorias  $X^0$ : C(omplementador), Flex(ão), N(ome), V(erbo), A(djectivo) e P(reposição) são os núcleos das suas projecções máximas, que se assumem serem de nível duas barras  $X''$ : SC, SFlex, SN, SV, SA e SP (= C, Flex'', N'', V'', A'' e P''). Considera-se que o SFlex contém elementos de T(erapo) e A(cordo) (e os modais em certas línguas como, por exemplo, o inglês) e que é a projecção máxima do núcleo da F(rase) nas línguas das quais o português e o inglês são exemplos.

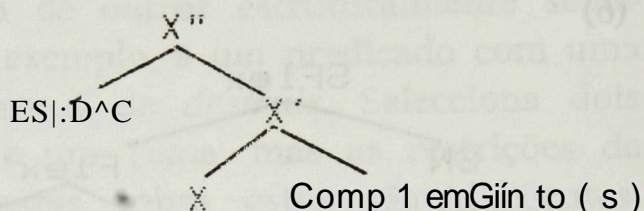
Nas línguas de tipo S(ujeito) V(erbo) O(bjecto) como o português e o inglês, as categorias que funcionam como complementos encontram-se à direita do núcleo e os espe-



cificadores à esquerda, segundo o esquema (7) de Chomsky (1986: 3):

$$(7) \quad (i) \quad X' = X \quad X''$$

$$(ii) \quad X'' = X'' \quad X'$$



Em (7i)  $X''$  é o complemento de  $X$  (exemplificado em (6) como SV constituinte irmão à direita de Flex, o seu núcleo, ou como o SN constituinte irmão à direita do núcleo V, o [SN, SV]). Em (7ii)  $X''$  é o especificador de  $X'$  (o SN à esquerda de Flex, o sujeito da frase [SN, F]).

O argumento  $y$  —o Teraa— é, em (6), o complemento SN do V que lhe atribui papel temático (papel-0) e é realizado numa posição interna ao SV, daí a designação de 'argumento interno', e  $x$  —o Agente— é o 'argumento externo' porque ocupa a posição de sujeito, especificador de Flex, portanto, exterior ao SV que, por sua vez, lhe atribui papel temático. A atribuição de papéis-0 aos argumentos faz parte de uma outra subteoria da teoria geral — a *Teoria Temática*, que formula a estipulação (8) (cf. Chomsky 1981: 36):

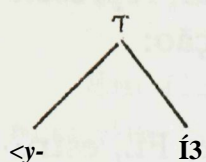
- (8) *Critério-Q*: Cada argumento suporta um e apenas um papel-0, e cada papel-0 é atribuído a um e apenas um argumento.

A atribuição dos papéis é feita sob *Regência*. As noções de *regência* e de *comando-c* (= comando de constituinte) são centrais na Teoria da GU e unificam todo o sistema. Entende-se por comando-c (9):

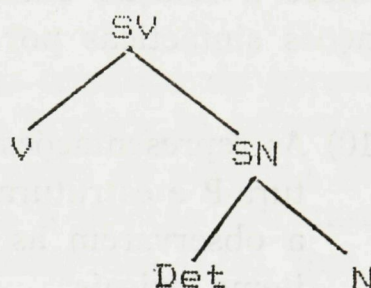
- (9) a comanda-c p sse a não dominar P e todo o T que domina a domina p.



E era diagrama: (i)



ou (i i)



Era (i) a categoria a não doraina 3 e T é o priraeiro nó raraificante que domina a e 3. Nesta configuração há comando-c raútuu entre a e 3- Em (ii), por exemplo, a é o núcleo lexical V que rege directamente o seu complemento SN.

Chomsky (1985: 162) diz que «uma categoria a rege uraa projecção raáxiraa X" se a e X" se comandarera-c uraa à outra; e se a rege X" neste sentido, então a rege o especificador e o núcleo X de X". Assim, um núcleo rege os seus compleraentos, o que constitui o caso central de regência, e nuraa construção [svV SN], em que SN=Det(errainante) N, a categoria V rege Det e N. No caso do sujeito e do predicado a regência é raútua».

## 2.2 — A Estrutura-P e a Estrutura-S

A sintaxe, era sentido estrito, apresenta dois níveis de representação: a *estrutura-P*{roíunád) e a *estrutura-S*. Estas são associadas por um único tipo de regra transforraacional, a regra de Mover-a, que diz apenas: raova-se qualquer categoria para qualquer posição sintáctica. No entanto, para aléra da interacção dos princípios da Teoria X-barra, da Teoria-0 e das outras teorias, que irão sendo introduzidas ao longo deste trabalho, alguns princípios gerais da GU restringera a actuação da regra de Mover-a, determinando e explicando a boa-formação das estruturas.



O *Princípio de Projecção* de Chomsky (1981: 29) estabelece a relação entre a informação lexical e as representações sintácticas por meio da seguinte estipulação:

- (10) As representações de cada nível sintáctico (i.e. FL, estrutura-P e estrutura-S) são projectadas do léxico, de modo a observarem as propriedades de subcategorização dos items lexicais.

De acordo com este princípio a estrutura-P é, segundo Chomsky (1985: 98), «uma representação 'pura' da estrutura temática, em que todas e apenas as posições temáticas estão preenchidas por argumentos». E estas posições temáticas são apenas as que correspondem à subcategorização, isto é a complementos do núcleo lexical, ou argumentos internos. Nada é dito neste princípio sobre a posição de sujeito da frase, onde é realizado o argumento externo, quando este existe, como nos exemplos (4) e (5). E de facto a existência de tal posição tem sido frequentemente posta em causa com base na verificação de que existiam verbos sem argumento externo, que não marcavam tematicamente a posição de sujeito, como se verifica com o verbo *parecer*, exemplificado em (11a), com a representação simplificada da estrutura-S do SV de que *parecer* é o núcleo (11b).

- (11) a. parece que a Maria é inteligente

b. [ST [V parecer [se que [snex a Mariai [FBX' Flex [svser  
cvi inteligente]]]]]]

*Parecer* atribui o papel temático Proposição ao seu complemento oracional, o SC, mas não atribui um papel temático externo. No entanto, construções como (12) abaixo mostram que existe uma posição de sujeito sintáctico independentemente da existência ou não de um argumento externo.



- (12) a. a Maria parece ser inteligente  
 b. \* parece a Maria ser inteligente

Em (12) [sxa Maria] não é sujeito temático de *parecer* mas sira de *inteligente*, é o sujeito da Predicação adjectival no sentido de Williaras (1980), e são razões de natureza sintáctica que o obrigam a mover-se para a posição estrutural de sujeito do SFlex mais alto, como comprova (12b), que é sentida corao raalforraada (\*). A raá-forraação de (12b) deve-se a uraa violação de ura filtro que actua no lado esquerdo da gramática (FF) denominado *Filtro do Caso* e que diz o seguinte (cf. Chomsky 1981:49):

- (13) \*SN se SN tiver matriz fonética e não tiver caso

Em (13) considera-se que é agraraatical um SN com raatriz fonética que não tenha caso. Esta obrigatoriedade de os SNs lexicais terera caso advérra de ura princípio da *Teoria do Caso Abstracto* (14) (cf. Chorasky 1981: 49):

- (14) \*[Na], era que a inclui uraa raatriz, se N não tiver caso

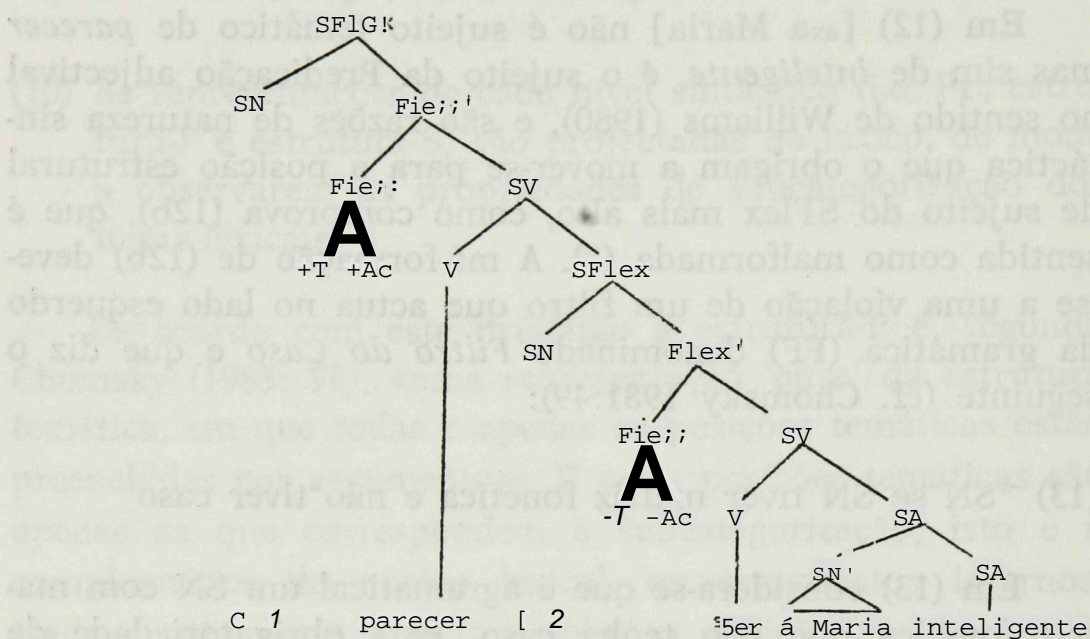
De acordo cora este princípio todos os noraes têra de ter caso. O caso estrutural é, nas situações não raarcadas, atribuído por regência dos núcleos lexicais V e P aos seus complementos SN e pela Flex(ão) finita cora Ac(ordó) ao SN seu especificador [SN, F]. O caso atribuído aos SNs infiltra-se até aos seus núcleos.

Era (12b) [sxa Maria] não tera caso porque o infinito verbal, não flexionado, não tem capacidade para atribuir caso Nominativo por Ac(ordó) e o verbo *parecer* não atribui caso Acusativo ao SN (para uma análise detalhada do verbo *parecer* cf. Vicente (1988)).

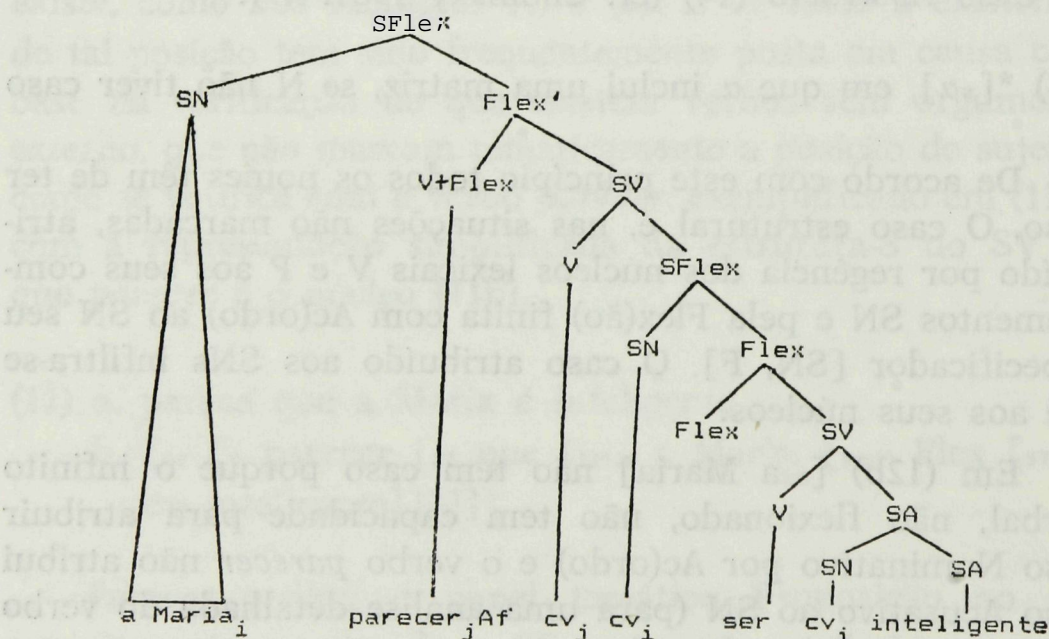


Vejam-se as representações simplificadas de (12) em (15):

(15) a. estrutura-P



b. estrutura-S



A possibilidade e a necessidade de mover [s<sup>a</sup> Maria] da sua posição inicial de sujeito temático de [sA<sup>i</sup>Inteligente] para a posição estrutural de [SN, SFlex] de *parecer*, onde



recebe caso Nominativo de Flexão finita com Acordo, mostra que existe aí uraa posição sintáctica independenteraente da existência de ura sujeito temático.

Repare-se que a Proposição seleccionada por *parecer* tem uma análise semelhante. Também o verbo *ser* não tera um sujeito temático, uraa vez que o predicado é o adjectivo *inteligente* e este é que tera um sujeito temático. Mas porque existe uraa posição sintáctica de sujeito da frase que é ocupada pelo sujeito seraântico de *inteligente* a construção (16a), com a representação simplificada da estrutura-S (17) é boa contrastando com (16b):

- (16) a. a Maria é inteligente  
b. \*é a Maria inteligente

(17) [sFlex[sxa Mariai] [nei-Flex [svser [sxCVi[sAÍnteligente]]]]]

Era português o verbo *ser* é indispensável nesta construção, visto que *a Maria inteligente* não seria uraa frase. Era (17) a Flexão finita com Acordo legitima um sujeito com caso Nominativo. No entanto, há línguas, como por exemplo o russo, em que não é necessário um verbo deste tipo neste contexto. Este facto mostra que *ser* não é um predicado mas um elemento sintáctico que auxilia a predicação adjectival. Sendo contudo um verbo, *ser* é o núcleo da projecção máxima do SV [ser cVi inteligente] que é afinal a realização sintáctica do predicado que atribui papel-0 ao sujeito da predicação.

A análise dos dados, por um lado, por outro o *Princípio de Predicação*, que exige ura sujeito para cada predicado, parecem suficientes para motivar a existência da estrutura representada em (18) abaixo, que estará na base da representação de qualquer frase, em qualquer língua.

(18) F = [se (SX) [cC [sx SN Flex SV ]]]



Esta regra será interpretada pela Teoria-X' de duas maneiras diferentes conforme a categoria que é escolhida pelas línguas para núcleo de F:

- (18) (i) F = [se (SX) [cC [sFle. SN [FiexFlex [ST V...  
 (ii) F= [se (SX) [c'C [sy SN [sv V+Flex...

Em (18i) é Flex o núcleo e em (18ii) é o V. Nesta última o SN sujeito encontra-se numa posição de adjunção a SV (cf. Manzini (1987)).

Também a ordem dos constituintes é pararaetrizada e pode ser diferente de língua para língua. (18) corresponde à ordera básica dos principais constituintes da frase em português e nas restantes línguas roraânicas, bem como no inglês, mas não era todas as línguas. A raaioir parte das línguas gerraânicas, por exeraplo, têm a ordem SOV e as línguas semíticas têm a ordem VSO. No entanto, a necessidade de as frases terera sujeito é considerada universal nesta teoria.

E é nesta linha que Chorasky (1982) formula o *Princípio de Projecção Alargado* como sendo a corabinação do Princípio de Projecção e da condição que torna obrigatória a existência de sujeitos nas frases.

A *estrutura-S*, associada à *estrutura-P* pela regra de *Mover-a* (cf. (iii) e (15b)) é considerada actualraente o principal nível de representação sintáctica. É uraa representação das relações hierárquicas e lineares que se verificam entre os constituintes da frase e, no interior destes, entre os núcleos e os seus compleraentos. Nesta estrutura os vestígios (categorias vazias, sera realização fonética) deixados pela aplicação da transforraação de *Mover-a* perraitera reconstituir a história do raoviraento dos sintagraas. Veja-se a representação da frase interrogativa (19a) em estrutura-S (19b):

- (19) a. que livro destruiu a Maria?  
 b. [se que livrOi[c'destruir-fAfj[sFiexa Maria [FCX- CV]  
 [ST CVi[sTCVjCVi]]]]]



Nesta estrutura estão assinalados vários movimentos, que serão explicados em (2.4).

### 2.3 — A Teoria do Movimento

Em Chomsky (1986) encontra-se uma *Teoria do Movimento* que demonstra que a Regra de Mover- $\alpha$  só se aplica, na sintaxe, quando é estritamente necessário.

A actuação desta regra é também parametrizada. Em português e inglês, por exemplo, a regra de Mover- $\alpha$  desloca na sintaxe os sintagmas- $\alpha$  (opcionalmente em português e obrigatoriamente em inglês) para o início da frase (para a posição de especificador de C (ver (19))), o que não acontece em chinês e japonês. Nestas línguas estes sintagmas permanecem in situ, isto é, na posição em que foram projectados na estrutura-P. Fukui (1986), referindo Chomsky (1987), explica a não aplicação da regra de Mover- $\alpha$ , em japonês, pela ausência nesta língua do Complementizador, o que torna inviável uma posição de Especificador para a qual se deslocaria este sintagma. O contraste verificado entre o japonês e o inglês/português resultaria, não propriamente de uma diferença sobre a aplicação da regra de Mover- $\alpha$ , mas de diferenças importantes nos conjuntos das categorias funcionais que as línguas admitam.

Por exemplo, a existência de uma Flex com o Acordo forte, como a do português e do inglês antigo, ou como a do inglês actual, que é caracterizado por ter uma Flex particular, com a material lexical (os modais), contrastando com uma Flex fraca no holandês, ou a ausência de Flex no japonês, constituem diferenças importantes que distinguem as línguas e os vários períodos históricos, e estão actualmente a ser investigadas (cf., por exemplo, Xavier, (1985)).

Nas línguas que manifestam os efeitos da regra de Mover-SN também esta só é aplicada quando um SN se encontra, em estrutura-P, numa posição temática que não **irá** receber caso estrutural, como, por exemplo, **nas** construções com verbos de elevação do tipo de *parecer* (ver (15));



em construções passivas (por exemplo: *o livro foi destruído pela Maria*), em que o Tema do verbo é projectado na posição de objecto directo, em estrutura-P, onde não recebe caso, e terá de ser movido para a posição de sujeito para ter caso; e ainda em construções com verbos ergativos, como por exemplo *chegar*. Estes verbos seleccionam uma Tema que é projectado na sintaxe como argumento interno do verbo: [svchegar a Maria]. Contudo, estes verbos não atribuem caso estrutural e o SN tem de ser movido para a posição de sujeito da frase onde, tal como na construção passiva, recebe caso Nominativo por Acordo com a Flexão finita, o que explica a aplicação da regra de Mover-SN na associação da estrutura-P com a estrutura-S da construção: *a Maria chegou* (cf. Burzio (1981); (1986)). Em línguas de sujeito não nulo é mais evidente a explicação apresentada para estas construções. Repare-se que em inglês, por exemplo, não é possível dizer: *\*(it) arrived Mary* (chegou a Maria), nem tão pouco: *\*(it) was destroyed the book* (foi destruído o livro), o que mostra claramente que o SN Temático, argumento interno de V, terá de ser movido para a posição de sujeito.

E finalmente, também a regra que move V para Flex, para se amalgamar com este, apresenta variação de língua para língua. É claro que quando V se desloca em seguida de Flex para o núcleo C de SC, como nas construções interrogativas expletivas (19), o que acontece em português e inglês, V tem de passar obrigatoriamente por Flex. Contudo, em línguas em que tal movimento não se verifica poderá ser feita a escolha de Flex-fV se amalgamar na componente FF.

Chomsky (1986: 4) distingue dois tipos de movimento: por substituição e por adjunção. O movimento por substituição é caracterizado pelas seguintes propriedades gerais:

- (20) (i) Não há movimento para a posição de complemento.
- (ii) Só X° pode mover-se para a posição de núcleo,
- (iii) Só uma projecção máxima pode mover-se para a posição de especificador.



- (iv) Só projecções raíniraas e raáxiraas ( $X^{\circ}$  e  $X''$ ) são «visíveis» à regra de Mover-a.

A propriedade (20i) resulta da verificação, iraposta pelo Princípio de Projecção e pelo critério temático, de que na posição de complemento só este pode ser realizado e que essa posição não está livre para ser ocupada por substituição. As propriedades (20ii e iii) derivam da Hipótese de Preservação da Estrutura de Emonds (1970), e (20iv) é uma constatação.

O movimento por *adjimção* obedece ao seguinte princípio (ibid: 6):

- (21) A adjunção só é possível a uma projecção raáxiraa (portanto  $X''$ ) que não é arguraento.

Efectivamente só é possível o raoviraento por adjunção de categorias raáxiraas a categorias máximas, este princípio exclui a adjunção a SN e SC quando estes são argumentos, considerando possível a adjunção a SV, que nunca é argumento. Em (22) abaixo apresenta-se a estrutura típica de adjunção:

- (22) [pa [3 ... ]]

Nesta estrutura, a encontra-se adjunto a 3, o que significa não ser dominado por 3 porque 3 é constituído por dois segmentos e ura deles não domina a, de acordo cora a estipulação de May (1985), adoptada por Chorasky (1986: 7) (23):

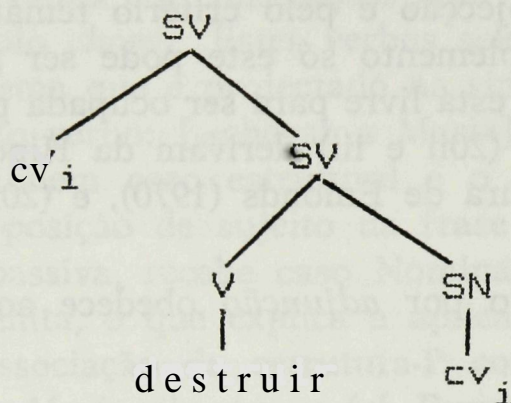
- (23) a só é dorainada por 3 se for dominada por todos os segmentos de 3-

Atrás, em (15) e (17), apresentou-se uraa estrutura de adjunção a SA gerada na base [sAa Maria[sAÍnteligente];



em (19b) temos uma estrutura de adjunção a SV criada pelo movimento do sintagma [que livro], como mostra (24):

(24)



Como se vê, a categoria vazia (cVi) mais alta na estrutura encontra-se adjunta a SV, não estando dominada por todos os segmentos de SV.

#### 2.4 — A Formação de Cadeias e o Princípio das Categorias Vazias

Observe-se agora o raoviraento de [squake livro]. A constituição de uraa cadeia forraada pelas posições através das quais o Squ se raoveu a partir da posição-A(rguraental) onde foi projectado era estrutura-P, até à posição final em que se encontra, mostra, através da coindexação, todos os passos deste movimento, corao ilustrado era (25):

(25) [seque livOi[sFie-ca Maria[Fiex'Flex[sYCVi[sTdestruir cVi]]]]]

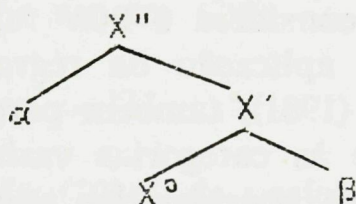
O Squ move-se da posição de argumento interno de *destruir*, passando por uraa posição de adjunção a SV. Este primeiro movimento, que não é visível no enunciado, atravessa apenas ura segmento de SV para evitar que SV seja barreira à regência por antecedente, exigida pelo *Princípio das Categorias Vazias*, formulado adiante (28).



O conceito de *Regência* é, em Chomsky (1986: 9), definido como *comando-m* (26):

(26) a regra 3 sse a comanda-ra 3 e não existe nenhuma barreira T, T uraa barreira para 3, de modo a que T exclua a.

E era diagramada:



Em (26) T é igual a projecções raáxiraas — X". No comando-ra a projecção raáxiraa que domina a domina 3» enquanto na definição de comando-c, era (9 atrás, a categoria que domina a e 3 é igual ao primeiro nó ramificante — X' ou X".

Segundo Chomsky (ibid: 8): «a comando-ra 3 sse a não dominar 3 e todo o T, sendo T uraa projecção raáxiraa, que domina a domina 3».

*Barreira*, era Chomsky (ibid: 14), é definido em duas etapas: em primeiro lugar define-se *categoria bloqueadora* (CB) (27i) e em seguida define-se barreira em termos de CB (27ii).

(27) (i) T é uma categoria bloqueadora para 3 sse T não for ramificado-l(exicalmente) e T dominar 3- (Marcação-l(exical) é definida em (30)).

(ii) T é uraa barreira para 3 sse (a) ou (b):

a. T dominar imediatamente 5, sendo 5 uma CB para 3» ou

b. T for uma CB para T, e T for SFlex.

Entende-se ainda por *excluir*, em (26), o seguinte: «a exclui 3» se nenhum segmento de a dominar 3»-



Da posição de adjunção o segundo vestígio *cv* pode reger por antecedente o primeiro deixado pelo movimento do *Squ*; e da posição de especificador de *C* o *Squ* rege, por sua vez, o segundo vestígio, pois que não há pelo meio barreiras à regência por antecedente. Deste modo é satisfeito o Princípio das Categorias Vazias (PCV) (enunciado em (28) abaixo) de Chomsky (1981: 250), pensado inicialmente para todas as categorias vazias. Seguindo Lasnik e Saito (1984), Chomsky (1986: 16) considera o PCV relativamente aos vestígios deixados pela aplicação da regra de *Mover-a*, e de acordo com Stowell (1981), também para o núcleo vazio do *SC*, não o aplicando às categorias vazias [+pronominais], *pro* e *PRO*, que serão consideradas adiante.

(28) PCV: [<sup>^</sup>*cv*] tem de ser regido (num determinado sentido).

Uma categoria vazia (vestígio de *Squ*, de *SN* e o núcleo vazio do *SC*) terá de ser «regida em sentido estrito — isto é, não apenas regida mas também regida por antecedente ou, talvez, regida-0» (cf. Chomsky 1986: 88); tornando-se deste modo possível a boa-formação da cadeia formada por dois elos — *CV<sub>i</sub>*, ..., *CV<sub>i</sub>* e encabeçada por um elemento [*squ*que livro] numa posição-A (não argumentai). (Recorde-se que as posições-A são as posições dos *SNs* dentro do *SFlex*, onde se realizam os argumentos em estrutura-P, sendo, portanto, a posição de especificador de *C* uma posição A').

Segundo Chomsky (1985: 96) uma *cadeia* é a representação abstracta do sintagma que é a sua cabeça. E deve assumir-se que os papéis-0 e o caso são atribuídos a cadeias; sendo um elemento que permanece na posição-A, em que foi projectado na estrutura-P, também considerado uma cadeia (com um único membro).

O *Squ* em (19), embora numa posição-A' onde não recebe caso e papel-0 directamente, é visível à interpretação em FL, porque é a cabeça de uma cadeia com caso e papel-0, atribuídos por *V* à cadeia que tem o primeiro vestígio na posição de objecto directo.



Em (19) verifica-se ainda um outro movimento, neste caso não de uma categoria  $X''$  como a anterior, mas de uma categoria  $X^0$  — o verbo —, tratando-se, portanto, de movimento de um núcleo para outra posição de núcleo. E também este movimento só é possível se a categoria movida se deslocar para uma posição em que possa reger por antecedente o seu vestígio. Efectivamente o V sobe para Flex, a posição núcleo do SFlex, araalgarando-se com este (VFlex = destruirAf(ixo), conforme mostra (29):

(29) [Flex' ViFlex [ST cvj ...]]

Segundo Chomsky (1986), da posição Flex, V marca lexicalmente SV porque é um núcleo lexical que sobe para o núcleo Flex, araalgarando-se com este, que tem SV corao seu complemento.

Em Chomsky (ibid: 15) *inmarcação-1* é definida do seguinte modo:

(30) a marca-1 3 sse for uma categoria lexical que rege-0 3-

E se esta definição é correcta relativamente à relação de regência existente entre um núcleo lexical  $X^0$  e o seu complemento 3 raarcado-0 (cf. diagrama de (26)), não satisfaz para a situação em que  $X^0$  rege um complemento que não marca-0, corao é o caso da relação existente entre Flex e o seu complemento SV (cf. Guéron; Hoekstra (1987)) e, consequentemente também, da situação resultante da subida de V para Flex. Tendo estes casos em consideração Chomsky reformula, no seu curso de Outono de 1986 (referido em Fukui (1988)), a marcação-1 como (30'):

(30') a marca-1 3 se 3 foi" um complemento de a, e a for lexical.

A marcação-1 constitui uma condição necessária para que o SV deixe de ser barreira à regência por antecedente do vestígio deixado pelo próprio V — cVj. O verbo flexionado



— VFlex—, por sua vez, move-se para C, o núcleo de SC (cf. Chomsky (1986: 68 ...)) como se vê em (31):

(31) [C destruirAf][SFlex a Maria [riex- cVj [ST CVj ...]]]

Em (31) a coindexação dos elementos mostra a boa-formação da cadeia encabeçada pelo verbo *destruirAf* e terminando na posição do primeiro vestígio do verbo, que corresponde à posição deste em estrutura-P. Assume-se que este vestígio retém a capacidade de marcar-0 e casualraente o seu compleraento, tarabéra ura vestígio, pois corao se viu atrás, o Squ faz parte de uraa cadeia cora caso e papel-0 que são atribuídos ao corapleraento do verbo, satisfazendo assim a Condição de Visibilidade de Aoun (1985: 55) (32):

(32) [SNCV] é invisível quando não tem caso.

Esta condição é relevante em FL onde o Critério-0 será comprovado, sendo necessário que o vestígio tenha caso para que possa ser interpretado com o papel-0 respectivo e, portanto, como uraa variável livre no doraínio arguraental, raas ligado ao seu antecedente nuraa posição-A' (cf. Aoun (1985); Chomsky (1985)).

A necessidade de uma variável estar livre no domínio argumentai advéra de um dos princípios da *Teoria da Ligação* de Chomsky (1981; 1985) que estipula três princípios para os três tipos de expressões nominais (*anáforas*: anáforas lexicais, tal corao recíprocos e reflexos, vestígio de SN e PRO), *pronominais*: pro, PRO, pronoraes realizados foneticamente, e *expressões-R(eferenciais)*: noraes e variáveis).

(33) *Princípio A* — Uraa anáfora está ligada num domínio local.

*Princípio B* — Ura pronominal está livre num domínio local.

*Princípio C* — Uma expressão-R está livre (no domínio da cabeça da sua cadeia).



Nesta teoria a *ligação* é definida em relação ao antecedente numa posição-A, segundo (34):

- (34) (i) a está ligado-A por 3 sse a e 3 estiverera coindexados,  
3 comandar-c a, e 3 estiver nuraa posição-A.  
(ii) a está livre sse não estiver ligado-A,

*Domínio* de um elemento em (33) é o sintagmaa raínimo que o contém:

- (35) O *domínio* de a é a projecção máxiraa mais baixa que contém a.

Uraa categoria a coraanda-c todos os elementos do seu doraínio que não estão contidos era a.

*Domínio local* é, segundo Chorasky (1985: 166), definido como o domínio do sujeito mais próxirao.

Vejam-se alguns exemplos em (36):

- (36) a. elesi derara livros ura ao outro  
b. \*elesi querera [seque a Maria dê livros [um ao outro]i]  
c. eleSi querem [seque a Maria lheSi/j dê livros]  
d. elci deu ura livro ao JoãoOj  
e. \*elei deu ura livro ao JoãoOi

Era (36a) a anáfora lexical [um ao outro] está ligada nura doraínio local, o SFlex, satisfazendo o Princípio A. (36b) é agraraatical porque viola o raesrao princípio, uraa vez que a anáfora está livre no doraínio local. Era (36c) os pronoraes estão livres nos seus doraínios locais, de acordo cora o Princípio B, podendo os pronoraes ser co-refcrentes. Em (36d) tanto o pronome *ele* corao o *João* estão livres e a referência é disjunta, corao previsto pelos Princípios B e C. Era (36e) raostra-se que a interpretação de co-referência entre o pronorae *ele* e a expressão-R o *João* não é possível, de acordo com os princípios da Teoria da Ligação.



Estes mesmos princípios funcionam também para as categorias vazias, como se mostra a seguir.

Retome-se a estrutura (14b) repetida aqui como (37):

(37) [sFlexa Mariai [Fie^parecerjAf [sTCV][sFlexCVi[FlexFlex  
[sT ser CVi inteligente]]]]]]

Nesta construção os vestígios de SN são anáforas ligadas num domínio local, de acordo com o Princípio-A da Teoria da Ligação. A cadeia-A, encabeçada por [sxa Maria], com caso, numa posição-A, mostra o raoviraento deste SN a partir da posição teraática, sera caso, era que foi projectado em estrutura-P. O SN sobe para a posição de sujeito do SFlex mais alto, porque nas posições anteriores não recebe caso Nominativo, uraa vez que, por ura lado, na posição de sujeito teraático do Adjectivo não recebe caso, nem do Adjectivo, nem de *ser*, por outro, na posição de sujeito do SFlex encaixado não há condições para receber caso Nominativo, porque aqui Flex não tem traços de T e Ac e *parecer* não lhe atribui caso estrutural. Finalraente, na posição de sujeito de *parecer*, o SN recebe caso Norainativo por Acordo entre o especificador e o núcleo Flex (Acordo Espec-núcleo). Flex tem traços nominais de *número*, *pessoa*, *caso*, etc. (traços-cf), cf. Chomsky 1981, 1986) idênticos aos do SN seu especificador.

Ainda em (37) também o verbo *parecer* sobe para Flex para aí receber os traços de Flex —*parecer Af*, deixando um vestígio — CVi— na posição inicial. Era Chomsky (1986: 24...) o Acordo Espec-núcleo é uraa forraa de «partilha de traços», seraelhante à regência-0, que participa na marcação-1. Chomsky (1986: 75) propõe que a partilha de traços por Acordo Espec-núcleo resulte nuraa partilha dos índices destes ele-raentos, que se identificara com os índices duma cadeia. Considera-se que a indexação deve ser única sendo, portanto,  $i = j$  em (37). Assim, [sxa Maria]j forma uma cadeia com os vestígios•—cvi, ..., cvi e concorda com o verbo *parecerAf*i,



O que resulta numa cadeia alargada, definida em (38) (cf. Chomsky (ibid: 75)):

- (38) (i)  $C = (a_i, \dots, a_n, 3)$  é uraa cadeia alargada se  $(a_i, \dots, a_n)$  for uraa cadeia com o índice  $f$  e 3 tiver o índice  $/$ .  
 (ii) A coindexação própria de cadeia verifica-se nos elos de uma cadeia alargada.

Esta cadeia alargada, formada por *parecerAf*, *cVj*, *cvt*, *cVi* em (37), permite que o elemento terrainal — *cvj* — seja por antecedente (era sentido estrito) o vestígio — *cVi*. Deste raodo é, tarabéra neste caso, satisfeito o PCV que, segundo Chorasky (1986: 88), se reduz a uraa propriedade de cadeia.

Viu-se como os vestígios do Squ, do SN e do V satisfazem o PCV (28), ver-se-á era seguida corao é legitiraada outra *cv* — *pro*. Retome-se o exeraplo (11), repetido aqui como (39a), e (12a) sem o sujeito *a Maria* era (39b):

- (39) a. parece que a Maria é inteligente  
 b. parece ser inteligente

A representação (Ub) raostra apenas o SV, que tem como núcleo o verbo *parecer*, e o equivalente da sua estrutura de subcategorização [—SC], contudo, de acordo com o Princípio de Projecção Alargado, toda a frase tem um sujeito, devendo (39a) ser representada como (40a) e (39b) como (40b):

- (40) a. [sc[sFlex pro [riexFlex [sTparecer[se que[sFlexa Mariai  
 [FICX-FICX [svser cVi intehgente]]]]]]]]  
 b. [se[sFlex prOi[FiexFlex[sT parcccr [sFlex cVi[FiexFlex  
 [ST ser CVi inteligente]]]]]]]

A diferença entre a representação (11b) e (40a) é que nesta última é apresentada a análise completa da frase. Um sujeito sintáctico *pro*, que não aparece em (39a) nem em (39b), é revelado nas representações (40a) e (40b). Esta *cv*



tem traços de *pessoa*, *número* e *caso* tal como o Acordo da Flex finita de *parecer*. Verifica-se, nesta situação, a mesma partilha de traços do Acordo Espec-núcleo que se encontra quando o sujeito (Espec) é realizado foneticamente, em (12a), por exemplo.

## 2.5 —Um Parâmetro e um Fenômeno Periférico no Português e no Inglês

Em certas línguas, corao o inglês e o francês, as traduções de (39) não apresentara ura sujeito nulo mas um sujeito com realização fonética. Veja-se (41):

- (41) a. it seems that Mary is intelligent
- b. she seeras to be intelligent
- c. il parait que Marie est intelligente
- d. elle parait être intelligente

O sujeito expletivo *it/il* (41a, c) é o equivalente do *pro* em (40a), e o pronome *she/elle* (41b, d) do *pro* em (40b). Apresentam os mesraos traços sintácticos e são identificados do raesrao raodo, por Acordo Espec-núcleo. Para além da diferença de traços entre o expletivo (3p, neutro, sing) e o pronome pessoal (*pessoa*, *gênero* e *núraero*), estes pronorai-nais distinguera-se ainda por serem ou não marcados-0. Corao se depreende da análise de *parecer*, o expletivo (*pro* (40a), *it* (41a) e *il* (41c)) não tera papel-0 e o pronome pessoal (*pro* (40b), *she* (41b) e *elle* (41d)) tem.

A possibilidade que algumas línguas, como o português, o espanhol, o italiano, etc, apresentam de não realizarem foneticamente o sujeito era determinados contextos, e de outras, como o inglês, o francês, etc, terem de o realizar nos mesmos contextos, resulta da fixação de um parâmetro, que **no** caso das primeiras línguas tem o valor «-f» e no caso das segundas o valor «—» (cf., por exemplo, Chomsky (1981) e Rizzi (1982); (1986)).

O estudo em paralelo de línguas pertencentes a estes

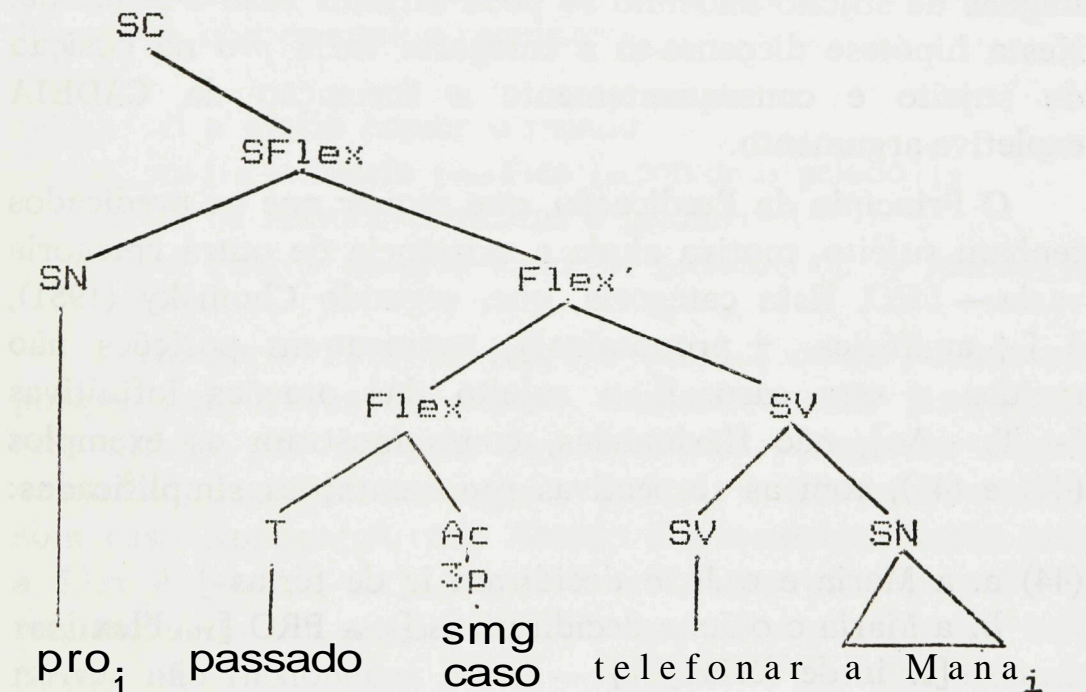


dois grupos — línguas de sujeito nulo e línguas de sujeito não-nulo — tem revelado que vários fenómenos lingüísticos estão associados a cada um dos valores fixados para este parâmetro. Assim, por exemplo, as línguas de sujeito nulo permitem a inversão do sujeito em construções em que as línguas do outro grupo não permitem (para o estudo da inversão no português cf. Âmbar (1988)). Veja-se (42):

- (42) a. telefonou a Maria/ a Maria telefonou  
b. "phoned Mary/ Mary phoned

Pensa-se que as línguas que admitam construções do tipo de (42), com inversão do sujeito, a par de construções com a ordem normal SVO, realizam o sujeito, nestas construções, numa posição de adjunção a SV. Nestas línguas, esta posição é sentida como uma posição argumental. A construção com inversão (42a) é representada como (43):

(43)



Para Chomsky (1985) a categoria vazia *pro* das línguas de sujeito nulo é [—anafórica, -j-pronominal], está livre numa posição-A e partilha os traços de Flex (em (43), por



exemplo, é 3p, sing, caso), por Acordo Espec-núcleo. Em (42a/43) o sujeito é um *pro* expletivo com características semelhantes às do sujeito de (39). Esta categoria vazia só é legitimada nas línguas deste grupo, como mostra a má-formação do equivalente em inglês (42b).

A categoria vazia *pro*, na posição de sujeito (em 43), é legitimada porque recebe caso e está coindexada com o argumento Agente, [sua Maria], em adjunção a SV, formando deste modo uma CADEIA semelhante, no essencial, às cadeias anteriores. Diferente, no entanto, porque representa a relação expletivo-argumento e não a relação, que se viu atrás, existente entre o sintagma raivo e o(s) seu(s) vestígio(s). Em Chomsky (1985) as CADEIAS (com raíusculas) incluem as cadeias e as CADEIAS formada pelo par expletivo-argumento.

Para Belletti e Rizzi (1987), nas línguas de sujeito nulo, Flex pode atribuir caso Nominativo ao SN sujeito à esquerda, ou à direita, em posição de adjunção a SV, enquanto nas línguas de sujeito não-nulo só pode atribuir caso à esquerda. Nesta hipótese dispensa-se a categoria vazia *pro* na posição de sujeito e consequentemente a formação da CADEIA expletivo-argumento.

O Princípio da Predicação, que requer que os predicados tenham sujeito, motiva ainda a existência de outra categoria vazia — PRO. Esta categoria, que, segundo Chomsky (1981), é [-f anafórica, + pronominal], aparece em posições não regidas e sem caso. É o sujeito das orações infinitivas [—T, —Ac], não flexionadas, como mostram os exemplos (44) e (45), com as respectivas representações simplificadas:

- (44) a. a Maria e o João decidiram ir de férias  
       b. a Maria e o João decidiram [sc[sFlex PRO [riex-Flex [ST ir de férias]]]]
- (45) a. é repousante falar com os amigos  
       b. é repousante [sc[sFlex PRO [piex-Flex [ST falar com os amigos]]]]



Em (44) PRO funciona como uma anáfora ligada a [sx-a Maria e o João] que o controla. Era (45) PRO é livre e tem interpretação arbitrária. Em ambos os casos PRO tem papel-0, embora não tenha caso porque não há Acordo Espec-núcleo, facto que torna a legitimação de PRO excepcional e que é referido no princípio que determina a atribuição dos papéis-0 (46) (cf. Chomsky (1981: 334):

- (46) Um papel-0 é atribuído a uma cadeia C se C tiver caso ou se for encabeçada pelo arguraento PRO.

O facto de se considerar a categoria vazia PRO corao sujeito das infinitivas corresponde ao caso norraal, não raarcado, previsto pela teoria para as diversas línguas. No entanto, as línguas têm por vezes estratégias, explicáveis pelos princípios gerais da gramática, para desenvolverem outras construções «raarcadas» era relação à srraática central. O infinito flexionado do português é ura desses fenômenos periféricos da GU (cf. Raposo (1986), por exemplo). Repare-se nos exeraplos seguintes:

- (47) a. vi a Maria coraer o gelado  
 a', vi [sFie^a Maria [riex-Flex [svcoraer o gelado]]]  
 b. vi os raiúdos coraerera o gelado  
 b'. vi [sFlexOs raiúdos [riex-Flex [svcomerera o gelado]]]

A categoria Flex do infinito pessoal *comer/comerem*, porque tera traços de pessoa, núraero e caso (recebendo este últirao por regência do verbo *ver* — regência núcleo a núcleo), legitiraa um sujeito lexical, *a Maria/os miúdos* com caso Nominativo por Acordo Espec-núcleo. Neste caso a Flex é [—T, 4- Ac] o que é suficiente para permitir a realização de um sujeito lexical, enquanto a Flex das infinitivas não flexionadas [—T, —Ac] não o permite. Quando Flex é [—T] tem de receber caso do exterior para possibilitar que Acordo, com caso, possa partilhar os traços necessários do Acordo Espec-núcleo que legitiraa ura sujeito lexical com caso Nominativo. Quando Flex é finita, portanto



[+T], é este traço que é responsável pela legitimação do Acordo pronominal, com caso. Recorde-se que a Flex das orações finitas [+T, +Ac] corresponde à situação não marcada para a realização do caso Nominativo do sujeito [SN, SFlex].

O inglês tem também a possibilidade de realizar um sujeito lexical nas orações infinitivas e para tal ser possível surge uma preposição no núcleo do SC regendo o sujeito dessa oração, como se vê em (48):

(48) it would be nice for her to leave

(48') it would be nice [se for [SFlex her [Flex to [ST leave]]]]

Em (48) *for* é o coraplaentador preposicional que atribui caso objectivo a *her*, sujeito da infinitiva. Tal como em (47) o sujeito lexical tinha de ter caso, também era (48) o sujeito da infinitiva ter de ter, e recebe-o, não da flexão, que não existe nas infinitivas era inglês, [—T, —Ac], nem do adjectivo, que não atribui caso estrutural, mas da preposição, que aí aparece para esse efeito. Embora sujeito, *her* manifesta caso objectivo.

### 3 — AS COMPONENTES DAS FFs E DAS FLs

As componentes das *Formas Fonológicas* (FF) e das *Formas Lógicas* (FL) são interpretativas da estrutura-S. E, nestes níveis de representação, todos os elementos têm de ser legitimados de forma adequada, segundo exigência de um outro princípio geral das línguas naturais, denominado *Princípio de Interpretação Total* (cf. Chomsky 1985: 98...).

Algumas regras actuam no lado esquerdo da gramática para derivar a representação da FF, ou estrutura de superfície: apagamentos, filtros (cf., como exemplo, o Filtro do Caso em (12)), regras estilísticas e regras fonológicas.

Segundo Chomsky (ibid: 100) as condições de legitimação das representações em FF são semelhantes às das represen-



tações era FL sendo, no entanto, estas últimas raais cora-plexas pois trata-se de projecções raáxiraas com estrutura interna em vez de segmentos fonológicos.

Do lado direito da gramática existera também regras de derivação da FL. Neste nível de representação são explicitadas as propriedades seraântico-lógicas da frase, tais corao as relações entre predicado e variáveis, as relações entre eleraentos interrogativos e variáveis e o escopo dos quantificadores.

Corao se viu, as condições de legitimação das projecções máxiraas actuara «externamente» a estas, identificando cada sintagraa «como um argumento ou o vestígio de um argumento, um predicado ou um operador. Se for um argumento, deve receber ura papel-0; se for um predicado deve atribuir ura papel-0; e se for ura operador, deve ligar uma variável». Desta legitiração encarrega-se a Teoria Teraática, a Condição de Visibilidade, que inclui a Teoria do Caso, e a forração de cadeias.

Segundo Guéron; Hoekstra (1987) «uma projecção é construída como nominal ou verbal (em última análise como argumento ou predicado) não unicamente na base do valor categorial do seu núcleo, mas pelo seu contexto sintáctico, corao é definido era (49).

(49) *Determinação Funcional das Categorias*

a. Externa.

Ura SX é construído corao uraa projecção norainal sse for raarcado cora caso.

Ura SX é construído corao uraa projecção verbal sse for marcado por T(empo) graraatical (marcado-T).

b. Interna.

O sujeito de uraa projecção norainal recebe ura caso que é deterrainado internaraente a SX; o sujeito de uma projecção verbal recebe caso (se algum) determinado por um regente externo.»

E, deste modo, era FL todos os elementos serão interpretados, desaparecendo deste nível de representação pro-



jeções intervenientes, sem realização lexical, como é o caso de SC nulo, ou de Flex [—T, —Ac], em (15), por exemplo, que poderá ser representado em FL como (50):

(50) [sFiexa Mariai[Fiex'parecej[sTCVj[sTser cVi inteligente]]]]

Deste nível de representação desaparecerão também os expletivos, que não têm interpretação seraântica porque não recebera uma papel-0, cora mostrara os exeraplos (40) e (41), repetidos aqui em FL (51):

(51) [sFiex[Fiex'parecej[sTCVj [seque [sFiexa Mariai[nexéj  
                   seems                  that                  Mary          is  
                   parait                 que                  Marie         est  
                  [sTCVj CVi inteligente]]]]]]  
                  intelligent  
                  inteligente

Em FL não existem CADEIAS —relação expletivo-argu-  
 raento— mas apenas cadeias, imprescindíveis para a inter-  
 pretação dos sintagraas raovidos.

## CONCLUSÃO

Uma raodelo de GU fundaraentado em Princípios Gerais e adraitindo Parâmetros, que perraitera explicar a variação e evolução lingüísticas, revela-se substancialmente raais adequado do que os anteriores raodelos de sisteraas de regras. A Teoria X-barra, a Teoria do Caso, a Teoria Teraática, a Teoria da Ligação e a Teoria das Barreiras explicara actualmente vários fenómenos obscuros até há poucos anos. O funcionaraento da linguagera apresenta-se, contudo, extraordinariamente coraplexo. Outras propostas, forrauladas com base no estudo comparativo de um número cada vez maior de línguas, deverão surgir, repensando e alterando o trabalho feito e contribuindo progressivamente para um conhecimento mais profundo da linguagem e das línguas naturais.



## REFERÊNCIAS

- ÂMBAR, M. M. (1988) — *Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito Verbo em Português*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras de Lisboa.
- AOUN, J. (1985) — *A Grammar of Anaphora*, Cambridge, Mass., MIT Press. (Linguistic Inquiry Monograph 11).
- BELLETTI, A.; L. Rizzi (1987) — «Psych Verbs and e-Theory», *Natural Language & Linguistic Theory* 6 (3), 1988, 291-352.
- BURZIO, L. (1981) — *Intransitive Verbs and Italian Auxiliaries*. Dissertação de Doutoramento, MIT.
- BURZIO, L. (1986) — *Italian Syntax. A Government and Binding Approach*, Dordrecht, Reidel.
- CHOMSKY, N. ([1955] 1915) — *The Logical Structure of Linguistic Theory*, New York, Plenum.
- CHOMSKY, N. (1951) — *Syntactic Structures*, The Hague, Mouton.
- CHOMSKY, N. (1965) — *Aspects of the Theory of Syntax*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1970) — «Remarks on Nominalizations» in Jacobs; Rosenbaum eds., *Readings in English Transformational Grammar*, Waltham, Ginn, 184-221.
- CHOMSKY, N. ([1979] 1984) — «Linguagem» in *Enciclopédia Einaudi* 2, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda. (Tradução do italiano).
- CHOMSKY, N. (1981) — *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Foris.
- CHOMSKY, N. (1982) — *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*, Cambridge, Mass., MIT Press. (Linguistic Inquiry Monograph 6).
- CHOMSKY, N. (1985) — *Knowledge of Language. Its Nature, Origin and Use*. New York, Praeger.
- CHOMSKY, N. (1986) — *Barriers*, Cambridge, Mass., MIT Press. (Linguistic Inquiry Monograph 13).
- CHOMSKY, N. (1987) — «Transformational Grammar: Past, Present, Future». (Talk delivered at Kyoto). (Não publicado).
- EMONDS, J. (1976) — *A Transformational Approach to English Syntax*, N. Y. Academic Press.
- FUKUI, N. (1986) — *A Theory of Category Projection and its Applications*, Cambridge, Mass., MIT Press. (No prelo. Dissertação de Doutoramento).
- FUKUI, N. (1988) — «LF Extraction of Naze: some Theoretical Implications». *Natural Language and Linguistic Theory* 6, 503-526.
- GUÉRON, J.; T. Hoekstra (1987) — «T-chains and the Constituent Structure of Auxiliaries». GLOW, Veneza. (Não publicado).
- JACKENDOFF, R. (1972) — *Semantic Interpretation in Generative Grammar*, Cambridge, Mass., MIT Press.



- JACKENDOFF, R. (1988) — «Topic... Comment. Why are they Saying these Things About us?», *Natural Language and Linguistic Theory* 6, 435-442.
- KOSTER, J. (1987) — *Domains and Dynasties. The Radical Autonomy of Syntax*. Dordrecht, Foris.
- LASNIK, H.; M. Saito (1984) — «On the Nature of Proper Government», *Linguistic Inquiry* 15, 235-289.
- LYONS, J. (1970) — «Introduction» in *New Horizons in Linguistics*, Harmondsworth, Penguin Books.
- MAY, R. (1985) — *Logical Form. Its' Structure and Derivation*, Cambridge, MIT Press. (Linguistic Inquiry Monograph 12).
- RAPOSO, E. (1987) — «Case Theory and Infl-to-Comp. The Inflected Infinitive in European Portuguese», *Linguistic Inquiry* 18, 85-109.
- RIZZI, L. (1982) — *Issues in Italian Syntax*, Dordrecht, Foris.
- RIZZI, L. (1986) — «Null Objects in Italian and the Theory of pro». *Linguistic Inquiry* 17 (3), 501-557.
- STOWELL, T. (1981) — *Origins of Phrase Structure*. Dissertação de Doutorado, MIT.
- VICENTE, M. G. (1988) — «Parecer — Verbo Auxihar». (Não publicado).
- WILLIAMS, E. (1980) — «Predication», *Linguistic Inquiry* 11 (1), 203-238.
- WILLIAMS, E. (1987) — «NP Trace in Theta Theory», *Linguistic and Philosophy* 10 (4), 433-447.
- XAVIER, M. F. (1985) — *AUX e o Caso Abstracto no Inglês. Para uma Análise Sintáctica Diacrónica*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras de Lisboa.
- ZUBIAZARRETA, M. L. (1986) — *Leveis of Representation in the Lexicon and in the Syntax*, Dordrecht, Foris. (A publicar).